

Junho, 2012  
BPC Policy Brief - V. 2 N. 47

# BPC Policy Brief

Monitor:

Os membros originais do BRICS  
antes da Cúpula de Nova Déli

Diego Santos Vieira de Jesus



## Sobre o BRICS Policy Center

O BRICS Policy Center é dedicado ao estudo dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e demais potências médias, e é administrado pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI), em colaboração com o Instituto Pereira Passos (IPP).

Todos os *briefs* tem sua publicação condicionada a pareceres externos. As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor(a)(es)(as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

## Equipe BPC

SUPERVISOR GERAL  
Paulo Esteves

COORDENADORA ADMINISTRATIVA  
Lia Frota E Lopes

ASSISTENTE ADMINISTRATIVA  
Bruna Risieri

EDITORAÇÃO E DESIGN  
Thalyta Gomes Ferraz  
Vinicius Kede

BRICS Policy Center/Centro de Estudos e Pesquisas BRICS  
Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ  
Telefone: (21) 2535-0447 / CEP/ZIP CODE: 22280-020  
[www.bricspolicycenter.org](http://www.bricspolicycenter.org) / [bpc@bricspolicycenter.org](mailto:bpc@bricspolicycenter.org)

BPC Policy Brief. V. 2. N. 47  
Junho / Julho - 2012. Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center  
ISSN: 2318-1818  
6p ; 29,7 cm  
1. Relações Internacionais. 2. Cúpulas. 3. Governança Global.



# Os membros originais do BRICS antes da Cúpula de Nova Déli

Diego Santos Vieira de Jesus

Pouco antes da Cúpula de Nova Déli, houve indicações de que, apesar do crescimento considerável na última década, os quatro membros originais do BRICS ainda tinham uma série de fraquezas e vulnerabilidades. Em fevereiro de 2012, a Maplecroft informou que Brasil, Rússia, Índia e China não se tornaram menos vulneráveis aos choques da economia mundial. Em alguns deles, a governança e as reformas políticas não acompanharam o crescimento econômico. A Goldman Sachs sinalizava que o Brasil tinha fraco desempenho na taxa de investimento sobre o PIB e abertura ao comércio internacional. A China precisava avançar em cumprimento de leis e regras; a Índia, em estabilidade política, educação e tecnologia. Na Rússia, os pontos fracos relacionavam-se principalmente à elevada corrupção. Segundo a Grant Thornton, havia preocupação entre empresários de Brasil, Rússia, Índia e China quanto a uma nova recessão e à inflação.

Recentemente, o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, disse que seu país poderia incrementar a participação no Fundo Europeu de Estabilidade Financeira e no Mecanismo Europeu de Estabilidade a fim de auxiliar os Estados europeus em crise. Apesar dos avanços da economia da China, o país ainda se deparava com problemas na sua trajetória de desenvolvimento. Era preciso reduzir a presença do Estado na economia e aumentar a competição, incluindo setores estratégicos ainda reservados às empresas estatais, que recebiam a maior parte dos financiamentos dos bancos também estatais, sem que se considerassem o risco e o retorno sobre o capital. O “capitalismo de Estado” chinês criou distorções, num momento em que dinheiro foi desperdiçado e capacidade excedente foi gerada. Grande parte dos investimentos foi financiada com dívidas, as quais cresceram rapidamente.

Os EUA desejavam que a China deixasse sua moeda se apreciar mais rapidamente, observasse regras relacionadas a comércio e propriedade intelectual e aderisse à pressão sobre a Síria e o Irã. Eles criticaram pesadamente a decisão da China e da Rússia de vetar a ação do Conselho de Segurança da ONU sobre a Síria. Para autoridades e especialistas russos, não se deveria permitir a repetição do cenário líbio, e era necessário buscar a reconciliação interna e o diálogo nacional, garantindo-se a proteção de civis. Empresas russas tinham dificuldade de realizar contratos comerciais maiores nos países onde ocorrera a Primavera Árabe, pois os nichos passavam a ser ocupados por empresas de países que auxiliaram as mudanças de

regime.

Analistas na Rússia viam que o crescimento econômico da China não era necessariamente uma ameaça. Havia potencial para cooperação na área de negócios e combinação das capacidades tecnológicas e produtivas. Ambos os países buscavam solucionar questões políticas, em particular as de fronteira, por meio de mecanismos bilaterais mais sólidos, num espírito de respeito aos interesses do outro lado. Pouco antes das eleições para a presidência da Rússia nas quais saiu vitorioso, o atual primeiro-ministro Vladimir Putin disse que os membros do BRICS precisavam estreitar sua coordenação política no cenário internacional. Segundo Putin, a diplomacia e o setor privado russos concentravam-se cada vez mais na cooperação com a Ásia, América Latina e África. Dentre os próximos objetivos da Rússia, ele citava a concretização de projetos conjuntos em energia, infraestrutura, ciência e tecnologia e turismo.

A terceira era do “Putinismo” apontava para mais cooperação com os membros do BRICS no contexto de enfrentamento da crise internacional. Essa crise poderia dificultar as exportações brasileiras. O mercado interno em retração levaria produtores europeus a vender produtos em outros locais, o que aumentaria a concorrência para o Brasil no Oriente Médio e no Norte da África. Ademais, o país não tinha sido apoiador inicial dos governos de transição em Estados como Líbia e Egito, enquanto europeus apoiaram líderes revoltosos mais rapidamente e asseguraram grandes contratos.

Por meio de políticas sociais inclusivas e uma política externa dinâmica e diversificada, o Brasil apresentou sucesso na gestão de problemas sociais. Suas melhores práticas foram exportadas para Estados menos desenvolvidos, como os programas Luz para Todos, o Bolsa Família e o de prevenção e combate a Aids. Além disso, as técnicas e sementes agrícolas brasileiras despertaram interesse de Estados latino-americanos e africanos. Assim, o país ganhou capital político e emplacou o selo de país solidário ao desenvolvimento socioeconômico.

Os EUA veem o Brasil como mercado em expansão para exportações de manufaturas, fonte de investimentos e futuro provedor de petróleo e gás. Eles pretendem estimular contratos e investimentos com base no arcabouço de cooperação estabelecido em 2011. O Brasil tem sido visto como um “aliado” pelos EUA, conscientes das divergências em assuntos diplomáticos, mas ainda não é chamado por Washington como “parceiro”, a exemplo da Índia.

A Índia está ampliando a relação com a África, mostrando interesse não apenas no petróleo. Suas empresas investem em minas de cobre, infraestrutura, energia, partes automotivas e telecomunicações. Como a África tem terras para o cultivo, a Índia investe em agricultura procurando solucionar seu problema de escassez de alimentos. O país também exporta medicamentos genéricos de alta qualidade.

Antes da Cúpula de Nova Déli, representantes indianos tiveram encontros bilaterais com os demais membros originais do BRICS. Em dezembro de 2011, o presidente russo Dmitry Medvedev recebeu o primeiro-ministro indiano Manmohan Singh para a Cúpula Anual Índia-Rússia, que coincidiu com a acessão da Rússia à OMC. Singh anunciou que buscava discutir com Medvedev comércio, a liderança da Rússia na crise econômica global, os desenvolvimentos políticos na Ásia Ocidental, no Golfo Pérsico e no Afeganistão e seu impacto sobre a estabilidade no mundo.

Em março de 2012, os ministros de Relações Exteriores da China, Yang Jiechi, e da Índia, S. M. Krishna, examinaram as relações bilaterais e debateram temas regionais e internacionais de interesse mútuo. Os dois países propuseram superar um passado de tensões que, na década de 1960, conduziu-os a uma breve e sangrenta guerra no Himalaia. Apesar dos impasses, ambos almejavam ampliar o intercâmbio comercial para 100 bilhões de dólares em 2015.

O ministro da Defesa brasileiro Celso Amorim visitou a Índia em fevereiro de 2012 para fortalecer os laços entre os dois países na área de defesa. Amorim disse acreditar no reforço da colaboração em fabricação de aeronaves, construção naval, ciberdefesa, intercâmbios de treinamento e atividades de manutenção da paz. Apesar das diferenças regionais, Amorim ressaltou que Brasil e Índia partilhavam visões quanto a um mundo multipolar e à reforma da ONU.

Na esfera comercial, os emergentes já se preparam para disputar a direção da OMC. Em Davos, delegações apoiaram a candidatura do embaixador brasileiro junto à OMC, Roberto Azevedo, por sua capacidade de estimular a criação de consensos. Porém, o Brasil aprofunda uma política de proteção comercial criticada pelos parceiros. Ademais, a China é alvo de boa parte dos conflitos na organização. Na reunião anual dos chefes de defesa comercial dos 40 principais países membros da OMC, destacou-se como importações procedentes da China criavam problemas às indústrias domésticas, ao mesmo tempo em que os instrumentos de defesa comercial mostravam-se insuficientes para lidar com a situação. A Índia tenta recriar o G-77 numa posição mais radical que dificulta o diálogo com os países desenvolvidos.

Quanto à segurança no nível internacional, a crítica dos membros originais do BRICS às ações norte-americanas não produziu um esforço concertado de equilíbrio de poder. Porém, eles partilham o objetivo de checar e resistir a tais ações, usando instrumentos não-militares para atrasar, frustrar ou minar políticas unilaterais dos EUA. Os membros do BRICS percebem que sua dependência em relação ao mercado e aos investimentos norte-americanos é grande e os EUA se mantêm um adversário potencialmente forte na esfera militar. Ainda que não conquistem a ordem multipolar que tanto almejam, países emergentes podem buscar janelas de oportunidade para uma ordem internacional mais democrática.

Diante desse e de outros desafios, especialistas discutiram, no Fórum Acadêmico do BRICS em março de 2012, temas como o desenvolvimento do agrupamento até 2020, mudança do clima, segurança alimentar, recursos hídricos, urbanização, tecnologia e criação de um banco e um fundo de investimento do BRICS. Segundo grande parte dos participantes, para que a estrutura de estabilidade, segurança e prosperidade funcionasse, era preciso fortalecer capacidades institucionais, ampliar responsabilidades coletivas quanto ao desenvolvimento sustentável, partilhar práticas para responder a desafios socioeconômicos dentro e fora dos membros do BRICS e promover novos caminhos de cooperação com a resposta a imperativos éticos e de desenvolvimento. O evento buscou discutir ideias e propostas para a Cúpula de Nova Déli.

## Sobre os autores

Diego Santos Vieira de Jesus

Professor da Graduação e da Pós-Graduação lato sensu em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI / PUC-Rio)



**BRICS Policy Center** Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ  
Telefone: (21) 2535-0447 / CEP/ZIP CODE: 22280-020  
[www.bricspolicycenter.org](http://www.bricspolicycenter.org) / [bpc@bricspolicycenter.org](mailto:bpc@bricspolicycenter.org)



Instituto  
de Relações  
Internacionais

